

## À espera de uma saída para as MPs

Líderes do governo e da oposição acreditam que assunto precisa ser resolvido logo após o recesso parlamentar

UM PERÍODO DE intensos debates. Assim os senadores avaliaram o primeiro semestre desta legislatura, encerrado oficialmente na segunda-feira. Para eles, a discussão de temas como as novas regras para cálculo do salário mínimo, a flexibilização das regras para licitações públicas, as propostas da reforma política e a busca por uma solução para partilha dos royalties do pré-sal são exemplos da produtividade da Casa de fevereiro a julho.

Um tema específico, no entanto, permeou a maioria da discussões na Casa até agora: a necessidade de se ter mais tempo para analisar as medidas provisórias (MPs) encaminhadas pelo Executivo ao Congresso. Neste ano, 21 propostas – entre MPs e projetos de lei de conversão – foram aprovadas na Casa. A principal reclamação na discussão de todas elas foi sobre o pouco tempo disponível para análise, uma vez que as medidas chegaram ao Senado a poucos dias de perder a validade.

Da discussão surgiu, em março, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, do senador José Sarney (PMDB-AP). A ela foi apensada proposta semelhante, apresentada dias antes por Paulo Bauer (PSDB-SC). A intenção é dividir os 120 dias constitucionais de tramitação em parcelas iguais entre Câmara e Senado.

### Solução rápida

Para o líder do governo, s Romero Jucá (PMDB-RR), a discussão sobre o rito das MPs foi importante para fortalecer o Senado e deve ter uma solução já em agosto, com a aprovação da PEC 11/11. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), é mais pessimista quanto à aprovação da proposta, mas antecipou que a oposição continuará insistindo no combate às MPs aprovadas de forma açodada e, muitas vezes, consideradas inconstitucionais.

– Derrubamos MPs em Plenário e ingressamos com seis ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). Se a maioria governista insistir em continuar apreciando MPs da forma como vinha fazendo, manteremos a postura.

Em grande desvantagem numérica, os opositoristas investiram em longas horas de debates para dificultar a aprovação de matérias enviadas ao Senado já ao final do prazo de votação. A estratégia deu certo duas vezes – na votação das MPs 520/10 e 521/10, que acabaram perdendo a vigência por não terem sido apreciadas a tempo.

Para Jucá, a oposição cumpriu seu papel ao encontrar um caminho para “fazer barulho”, mas lembrou as inúmeras vezes em que oposição e governo chegaram a um acordo para votação.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), concorda que esse é o papel da oposição, mas disse achar que a atuação foi, algumas vezes, exagerada.

– Em muitos casos, em que há meramente uma intenção protelatória, eu não acredito que isso contribua para a imagem do Senado – afirmou.

Ana Amélia (PP-RS), que adotou postura independente ao longo do seu primeiro semestre, considerou que a estratégia da oposição funcionou como forma de se valorizar perante o governo.

– Foi o Senado que derrubou a CPMF e foi o Senado que derrubou duas medidas provisórias por decurso de prazo. E agiu regimentalmente, não houve nenhuma violação no trabalho da oposição – defendeu.

Para o retorno do recesso, há expectativa de que o ritmo de trabalho continue intenso. Na avaliação de Cristovam Buarque (PDT-DF), o segundo semestre tende a ser ainda melhor que o primeiro porque “criam-se afinidades entre os senadores e também já se conhece a posição política de cada um”.

Os senadores destacam dois assuntos que devem movimentar os trabalhos na Casa na volta do recesso: a votação do Código Florestal, que atualmente está em análise nas comissões temáticas, como Constituição e Justiça, Meio Ambiente e Agricultura, e a discussão sobre a política econômica do país – tema que apareceu em vários dos discursos de encerramento do semestre nas últimas semanas.



Vinte e uma MPs foram votadas no Plenário no primeiro semestre legislativo: Senado quer mais prazo para análise

Waldemir Barreto/Senado Federal

## Número de colegiados dificulta agenda

Apesar da variedade de assuntos discutidos e da profundidade dos debates ser elogiável, o número de subcomissões permanentes e temporárias criadas no primeiro semestre de 2011 foi criticado por alguns senadores.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou ter trabalhado uma média de 12 a 14 horas por dia nos últimos meses.

– Como estou em quatro comissões, fico perplexa, preocupada e atarefadíssima porque muitas reuniões acontecem na mesma hora.

Além das 11 comissões temáticas permanentes, o Senado tem hoje 36 subcomissões. Esse número pode aumentar para 44, já que, pelo Regimento, cada uma das comissões pode ter até quatro subcomissões. Além das permanentes, estão em funcionamento três comissões temporárias e duas CPIs.

– Eu creio que seria o ideal nós reduzirmos o número de comissões e também de subcomissões e trabalharmos mais



Dorivan Mourão/Senado Federal

Ana Amélia reclama que muitas reuniões ocorrem simultaneamente



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Humberto Costa: número excessivo de subcomissões gera dispersão

objetivamente, com a pauta mais focada nos grandes temas de interesse da nação – afirmou Humberto Costa (PT-PE).

Opinião semelhante tem o consultor legislativo Paulo Henrique Soares, que considera o número de colegiados altíssimo, comparativamente ao número de senadores, 81.

Um dos maiores defensores de uma redução, Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou projeto de resolução para diminuir

para duas as subcomissões por comissão permanente. A proposição está em análise na CCJ.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), considera normal um número elevado de subcomissões em início de legislatura e avalia que elas ampliam o leque dos assuntos tratados pelo Senado. Cristovam Buarque (PDT-DF) também vê como positiva a ampliação de colegiados, por eles tratarem os temas de forma mais específica.

## Muitas votações, apesar das sessões obstruídas

No primeiro semestre de 2011, o Senado analisou 453 matérias, entre projetos de lei originários das duas Casas do Congresso, projetos de resolução e de decreto legislativo, além de cinco medidas provisórias (MPs) e 16 projetos de lei de conversão.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, afirmou, em entrevista ontem, que, apesar das sessões trancadas, em geral pelas MPs, o Senado deliberou bastante, já que, segundo o novo entendimento do Congresso, várias matérias, principalmente as de exame privativo da Casa, não ficam impedidas de análise por causa das MPs.

Claudia Lyra destacou os principais projetos aprovados pelo Senado, de autoria de parlamentares e que foram convertidos em leis, como a da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; a da Empresa Individual; a do Cadastro Positivo; as alterações no Código de Processo Penal. Ressaltou ainda outras leis focadas na proteção aos direitos humanos, como a que permite a remição do tempo de execução da pena por estudo; a que prevê atendimento universitário aos povos indígenas; e a que combate a alienação parental, garantindo direito de visitas aos netos pelos avós, já

destacadas na avaliação feita pelo presidente do Senado, José Sarney.



Ano Valpe/Senado Federal

Claudia Lyra, secretária-geral da Mesa: Senado deliberou bastante



Dorivan Mourão/Senado Federal

Jucá lembra que governo e oposição chegaram a acordo várias vezes



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cristovam prevê ritmo mais intenso de trabalho no segundo semestre

Comissão que representa o Congresso recebeu ontem pedido para que o ministro Paulo Passos seja convocado a dar explicações sobre aditivos de contratos sob sua gestão

# PSDB quer convocar ministro dos Transportes ao Congresso

O LÍDER DO PSDB na Câmara dos Deputados, Duarte Nogueira (SP), protocolou ontem requerimento junto à Comissão Representativa do Congresso Nacional – que desempenha o papel do Parlamento durante o período de recesso –, para convocar o ministro Paulo Sérgio Passos, que sucedeu Alfredo Nascimento no Ministério dos Transportes. Duarte também solicitou que Frederico Augusto de Oliveira Dias seja convidado a explicar suas funções no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A comissão decidirá como vai encaminhar os requerimentos.

Para Duarte Nogueira, o ministro deve explicar o aumento do número de contratos aditivos, bem como do volume de recursos autorizados durante o período em que respondeu pela pasta no ano passado – quando Nascimento estava em campanha para o governo do Amazonas.

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, assinala o deputado, no último semestre de 2009, o Dnit assinou 53 termos aditivos, que ampliaram o valor de seus



Líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira aciona Comissão Representativa

contratos em R\$ 309 milhões. No mesmo período de 2010, quando Paulo Passos estava no ministério, os aditivos cresceram 154% e a quantia liberada chegou a R\$ 787 milhões.

“O desvio do dinheiro público, seja pela corrupção ou pela ineficiência, é responsável pela perda de inúmeras vidas em acidentes de trânsito por conta das péssimas condições das estradas”, afirma o líder tucano.

O convite a Frederico Augusto de Oliveira Dias tem o objetivo

de esclarecer a natureza de sua prestação de serviços ao então diretor-geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot. Segundo informou Pagot na Câmara dos Deputados, Frederico era funcionário terceirizado e desempenhava indevidamente atribuições no Dnit.

“Ressalte-se que Frederico Dias, indevidamente, assinou ofício, recebeu autoridades, ocupou gabinete na sede do Dnit, sem estar investido em cargo público que lhe autorizasse”, disse Duarte Nogueira.

## Sancionada criação de cargos na área de educação

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou na segunda-feira a criação de 42 cargos em comissão e 71 funções comissionadas para as estruturas de órgãos da área de educação. De acordo com a Lei 12.443/11, o Ministério da Educação ganha 29 cargos em comissão; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 7; e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), 6. O FNDE passa a contar, ainda, com 71 funções comissionadas, com valores que vão de R\$ 1.269,44 a R\$ 2.425,24.

Os cargos em comissão – com valores de R\$ 2.115,72 a R\$ 8.988 – são de livre nomeação. Já as funções comissionadas são privativas de servidores em exercício no FNDE.

Os novos cargos e funções, previstos em projeto de lei do Executivo (PLC 9/11), foram aprovados em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado no dia 8 de junho. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou voto pela aprovação do projeto, tendo em vista as mudanças em curso no modelo de gestão das políticas educacionais do MEC, as alterações previstas na Capes e a reestruturação do FNDE.

## CPI do Ecad tem audiência pública em 2 de agosto

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) retoma seus trabalhos com audiência pública agendada para 2 de agosto.

Serão ouvidos Marisa Gandelman, diretora executiva da União Brasileira de Compositores (UBC); Samuel Fabel, ex-gerente jurídico do Ecad; e Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

Uma das denúncias que serão investigadas é a de que o motorista Milton Coitinho dos Santos, filiado à UBC, teria recebido mais de R\$ 120 mil do Ecad por composições que na verdade pertenceriam a outros autores.



Ana Rita: benefício ao empregado

## Trabalhador será consultado sobre período de férias

Consultar o trabalhador a respeito do período em que deseja gozar suas férias pode ser tornar obrigatório, se a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovar, em decisão terminativa, projeto de Ana Rita (PT-ES).

Segundo a senadora, o PLS 369/11 vai facilitar a marcação das férias para os trabalhadores celetistas, que será precedida por consulta ao empregado e deverá atender tanto às necessidades do trabalho quanto aos interesses do funcionário.

Pela legislação atual, o período de férias não precisa atender aos interesses do empregado, mas é comum que patrões e trabalhadores entrem em acordo a respeito.

De acordo com o projeto, apenas na hipótese de não haver concordância, caberá ao empregador fixar o período das férias. A decisão deverá ser fundamentada e o trabalhador, comunicado, por escrito, com antecedência de um mês.

# Projeto cria seguro-desemprego para enfrentar seca

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que garante seguro-desemprego a quem cultiva a terra sozinho ou em regime de agricultura familiar e vier a enfrentar a emergência de uma seca. O seguro terá o valor de um salário mínimo mensal e a proposta já tem voto favorável da relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

Pelo projeto (PLS 577/07), apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) – hoje ministro da Previdência e Assistência Social –, para o agricultor obter o seguro, será necessário que o Ministério da Integração Nacional reconheça a situação de emergência ocasionada pela estiagem. O texto também determina que esse seguro seja pago ao longo de toda a situação de emergência, até o período máximo de cinco meses.

Reconhecida a emergência, o agricultor deve comprovar



Seca prejudica agricultores em Monte Azul (MG): seguro de um salário deverá ser pago por no máximo cinco meses

inscrição no INSS como trabalhador rural há pelo menos um ano e o pagamento da contribuição; provar que não está recebendo

nenhum benefício de prestação continuada da Previdência ou da Assistência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por

morte; e apresentar atestado do sindicato que comprove que é trabalhador rural e que não dispõe de outra fonte de renda.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro\*  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídiga, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl  
Reportagem: Cintia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

\* Licenciados